

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

**TRANSFEMINICÍDIO E VIOLÊNCIA NO
TERRITÓRIO GOIANO**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS



GOIÂNIA, 18 DE ABRIL DE 2016.

APRESENTAÇÃO

A audiência pública realizada no dia 18 de abril de 2016 das 08:30 às 12:00 foi organizada pela Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, por meio de sua presidente Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, no auditório Solon Amaral. Teve como objetivo debater o transfeminicídio e a violência contra a população trans (travestis, transexuais e transgêneros) no estado de Goiás.

Segundo a ONG Internacional Transgender Europe, o Brasil é o país onde mais ocorrem assassinatos de travestis e transexuais em todo o mundo. Entre janeiro de 2008 e abril de 2013, foram registradas 486 mortes, sendo quatro vezes a mais que no México, que é o segundo país com mais casos registrados. Em 2013, foram 121 casos de travestis e transexuais assassinados em todo o Brasil. Mas esses dados estão subestimados. Todos os dias, via redes sociais, chegam notícias de jovens transexuais e travestis que são barbaramente torturadas e assassinadas¹.

Em Goiás foram assassinadas aproximadamente 31 mulheres trans entre os anos de 2012 a 2016, conforme dados da ORIGEM (Organização dos Homens e das Mulheres Transexuais do Brasil).

Posto isso, a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás e o Movimento Social Organizado decidiram realizar a referida Audiência Pública para discutir e buscar medidas que visem evitar futuras violações direcionadas a população trans no Estado.

¹ BENTO, Berenice. Brasil: O país do transfeminicídio. CLAM, Rio de Janeiro, 2014.

RELATÓRIO

A audiência pública do dia 18 de abril de 2016 foi conduzida pela Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi, Presidente da Comissão de Segurança Pública (CSP/Alego). A mesa do evento foi composta pelo vice-presidente da Comissão de Segurança Pública e Política Criminal da OAB, **André Carneiro**; pela representante dos movimentos sociais Origem (Organização dos Homens e das Mulheres Transexuais do Brasil) e Antra (Articulação Nacional de Travestis e Transexuais), **Rafaella Damasceno**; pela secretária municipal de Políticas para as Mulheres, **Teresa Cristina Nascimento Sousa**; pela promotora da 63ª promotoria da violência doméstica e contra a mulher, **Rúbian Correa Coutinho**; pela delegada plantonista da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, **Laura Castro**; e pela deputada federal **Erika Kokay** (PT-DF).



A Deputada Delegada Adriana Accorsi iniciou a audiência ressaltando ser a primeira Audiência Pública a tratar sobre esse tema na Casa. Informou a todos que o estado de Goiás passou de 9º para 3º lugar em números de feminicídio no Brasil: “foram quase 300 mulheres assassinadas só no ano passado”, constatando a falta de políticas públicas para essas mulheres.

Em seguida, estabeleceu-se um tempo para que os componentes da mesa pudessem expressar sua opinião sobre o assunto tratado. Iniciou-se com a representante dos movimentos sociais Origem e Antra, Rafaella Damasceno, que ressaltou sua indignação ao afirmar que “O Estado nos deixa morrer. O Estado e a sociedade com todo seu arcaísmo, inclusive nós que fomos criados de uma forma preconceituosa, nos matam, matam um ser feminino”.

A transexual Rafaella clamou para que todos reflitam a que ponto estão trabalhando como militantes atuantes da causa, ressaltando que a própria população trans é desunida. Acrescentou ainda que ela própria constava na lista para ser assassinada.

Rafaella concluiu sua fala salientando que esse tipo de violência poderá ser cessada apenas por meio da educação, principalmente voltada para as crianças. Informou também que estão preparando, por meio do movimento Antra, um documento para a ONU (Organização das Nações Unidas) abordando o transfeminicídio no Brasil.

A plantonista da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam), Dra. Laura de Castro, que também é transexual, lembrou-se de uma reivindicação sua antiga, juntamente com a deputada Delegada Adriana Accorsi, em que solicitavam a criação de uma delegacia especializada para crimes de ódio, a fim de atender a todas as pessoas que sofrem preconceitos e discriminações.

No aporte de encaminhamentos, a delegada do Deam sugeriu algumas ações que poderiam ser executadas pelo próprio Poder Legislativo:

- Transformar transfeminicídio em crime hediondo;
- Lesão corporal por razão de condição de gênero ser considerada uma circunstância qualificadora do crime, assim como ocorre com a mulher;
- A injúria por opção sexual ser tipificada, assim como a racial;
- Aproveitar textos existentes atualmente na legislação e apenas acrescentar a classe dos transexuais.

Em seguida, a Deputada Delegada Adriana Accorsi realçou que as sugestões elencadas pela delegada Laura eram totalmente factíveis e se comprometeu a levar as ideias ao Deputado Federal Rubens Ottoni e aos outros colegas de Goiás na Câmara do Deputados.

Como representante do prefeito de Goiânia, Paulo Garcia (PT), a secretária municipal de Políticas para as Mulheres, Teresa Cristina Nascimento Sousa, declarou que: “O transfeminicídio e violência no território goiano são objetos de políticas públicas importantes

para a Secretaria de Goiânia. Porém, essa discussão não é uma pauta fácil, mesmo diante dos avanços que já conquistamos, como as questões educacionais sobre a transexualidade”.

A secretária acrescentou que é de suma importância a parceria entre militantes da causa trans com deputados e a Assembleia Legislativa, pois fortalece a luta dos transexuais. “Os primeiros atingidos pelos crimes na sociedade são as mulheres, os gays e os transgêneros.”

A Promotora da 63ª Promotoria da Violência Doméstica e Contra a Mulher, Rúbian Correia Coutinho, declarou que são necessárias mudanças na legislação em relação ao transfeminicídio. “Essa luta de diferenças entre a mulher e a transexual deve ser discutida dentro da legislação. Não existe uma especificação na lei que discuta o transfeminicídio.” Dra. Rúbian acrescentou ainda a necessidade de alteração na lei federal 13.104/2015 (lei sobre o feminicídio) para que possa tratar sobre qualquer condição de gênero.

A promotora explicou como ocorre o julgamento desses casos, para o transexual que se sente mulher, é caso de feminicídio, porém se o juiz for conservador, tratará o caso de forma comum - o que, segundo a promotora, não deveria ocorrer, “fica a interpretação por conta do perfil de quem está julgando, deveria estar explícito na lei.”

O vice-presidente da Comissão de Segurança Pública e Política Criminal da seccional goiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-GO), André Carneiro, disse que a entidade está disposta a discutir o transfeminicídio e trabalhar na melhoria da legislação vigente e do aparelho jurídico relacionado com o tema.

“O mais importante é focar nas políticas públicas e conscientizar a sociedade conservadora que o transfeminicídio não precisa de discriminação. Deve partir da sociedade, que somos todos nós, ter um olhar diferente para essas pessoas”, afirmou André Carneiro.

Passada essa fase, a Presidente da CSP/ALEGO convidou a representante da Patrulha Maria da Penha, a Tenente Deise Vaz de Rezende, para explicar o desempenho da polícia militar nesses casos.

A tenente relatou que a atuação da Patrulha ocorre há um ano em Goiânia e que esse trabalho já foi estendido também a outros municípios, como Anápolis, Posse e Luziânia. Informou que os integrantes da Patrulha fiscalizam se as medidas protetivas das DEAMs (Delegacia Especializada no Atendimento às Mulheres) estão sendo cumpridas, com intuito de dar efetividade a Lei Maria da Penha.

Em seguida, a Deputada Delegada Adriana Accorsi pontuou que proporá, a partir da Comissão de Segurança Pública, a inclusão da violência transgênero no rol de proteção da Patrulha Maria da Penha no estado de Goiás.

Logo em seguida, abriu-se espaço para o debate direto com a comunidade participante do evento. Iniciou-se com o Pastor Edson que destacou a falta de abrigos para os transexuais no estado de Goiás. Comentou também sobre os agentes responsáveis pela violência aos transexuais. “Todos os dias temos denúncias de violência, e o que mais nos assusta são as que partem daqueles que deveriam proteger a sociedade como a polícia, o servidor público dentro das unidades de saúde e escolar, inclusive o próprio delegado.” Encerrou fazendo um pedido às autoridades no que tange a qualificação do servidor público para atendimento às pessoas trans.

O professor Pedro Wilson Guimarães aproveitou a oportunidade para convidar os presentes para participarem da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, que será realizada em Brasília a partir do dia 25 de abril. “Um encontro nacional pode colaborar na abertura para as adaptações nas leis”, refletiu o professor se referindo a alterações legislativas com o intuito de proteger a população LGBT.

Representando o Coletivo Institucional Transação da UFG, a professora Yordanna Lara Pereira Rêgo, ponderou o seguinte: “como historiadora classifico essa audiência hoje como um marco, por estarmos aqui para desconstruir violências que já estão institucionalizadas e autorizadas pelo Estado e por uma parcela da sociedade.” Levou um questionamento a todos: “Por que o outro precisa me pedir para existir?”

Pollyana Marques, integrante do comitê técnico de saúde da população LGBT, frisou que “o não acesso dos transexuais e travestis à educação, à saúde, à segurança pública e aos seus direitos leva-os à morte e ao assassinato. E de uma forma indireta, todos nós, participamos desses homicídios, pois cada vez que se permite as pequenas violências em nosso espaço, os não acessos, as piadinhas vexatórias, cada um desses elementos se somam e resultam em mortes e assassinatos.”

Chefe da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Goiânia, a Delegada Ana Elisa Gomes Martins, relatou que a convivência com a Dra. Laura (transexual) no trabalho, tem lhe tornado uma pessoa melhor – “conviver com o diferente, nos faz perceber que somos todos iguais.” Lamentou a insuficiência de servidores para atendimento nas delegacias, sendo que muitos deles encontram-se atualmente “adoecidos”. Dessa forma, o

quadro de prestadores nunca foi tão reduzido como agora. Finalizou a fala dizendo que gostaria de ampliar o atendimento para os homossexuais, já que os trans que se apresentam como mulheres já são atendidos.

A vereadora de Aparecida de Goiânia Delegada Dra. Cibele ao se pronunciar sobre a problemática apresentada na presente audiência destacou que muito pouco se evoluiu na cidade de Aparecida de Goiânia sobre políticas públicas direcionadas a mulheres e em relação a mulher trans nada foi feito. Lastimou o fato da cidade não ter estrutura para execução dessas políticas públicas, não existindo sequer uma Secretaria da Mulher. A vereadora concluiu que é necessário incluir as transexuais na luta das mulheres.

Na sequência, a Deputada Delegada Adriana Accorsi destacou que fará um requerimento, através da Assembleia Legislativa de Goiás, para a criação de uma Secretaria da Mulher em Aparecida de Goiânia.

A delegada aposentada e atualmente diretora de políticas públicas para mulheres em Anápolis, Dra Erondi, enfatizou a carência de casas de abrigo para travestis. Estes são levados geralmente a casa de voluntários que colaboram com a causa de forma improvisada.

Dra. Erondi sugeriu que se estendesse o horário de funcionamento das delegacias da mulher e da patrulha Maria da Penha, pois ambas atualmente não funcionam no final de semana e nem à noite. Segundo ela, é justamente nesses horários que ocorrem o maior número de agressões domésticas. Ao esperar o horário de abertura da delegacia para registrar a queixa, obtemperou a delegada, a mulher poderá mudar de ideia. Ressaltou também a importância de qualificar os servidores das delegacias que prestam atendimento às mulheres e aos transexuais vítimas de violência – “a solução não é criar delegacia especializada, porque senão ficaremos sem policial para atendimento, precisamos é de capacitá-los para tal fim.”

A Sra. Ângela sugeriu a exigência de que os meios de comunicação ampliem a cobertura das violências cometidas em mulheres trans, com a criação de programas educativos que deem mais visibilidade a essas violações. Reivindicou ainda que todas as instituições públicas possam estabelecer processos de formação para a compreensão das especificidades e diversidades da população transgênero.

A presidente da Comissão de Diversidade Sexual da OAB/GO, Dra. Eliane Pedroza, ressaltou a importância de especificar nas ocorrências policiais os crimes cometidos por motivação homofóbica, e assim alimentar pesquisas estatísticas que servirão de insumos as implementações de políticas públicas.

A deputada federal do PT do Distrito Federal Erika Kokay afirmou que a classe LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênero) vive uma luta constante na sociedade contra o preconceito e em favor da liberdade.

“Os transexuais são tratados pela sociedade como invisíveis. É herança do colonialismo, no qual um grupo de indivíduos sentiam-se dono das pessoas. Há uma mercantilização da política, dos mandatos e das pessoas” afirmou Erika Kokay. As pessoas trans hoje ocupam lugares apenas no mercado do sexo e da estética, justamente porque não suportam o processo de discriminação e bullying que sofrem nas escolas.

Conforme a congressista, alguns querem negar que são sexuados e sofrem por isso, já que muitas vezes o corpo não corresponde a sua identidade de gênero.

“Na Câmara Federal há um projeto meu e do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) que trata da identificação de gêneros. Esse projeto assegura aos adolescentes o direito de acesso a mudança sexual. Dentro da Câmara e na sociedade brasileira existe o fundamentalismo religioso e patriarcalismo que acha que é preciso retirar o direito das pessoas, alimentando substancialmente a generofobia”, explicou Erika Kokay.

Segundo a deputada federal, outros projetos desse segmento estão sendo discutidos no Congresso, tais como o projeto para mudança no nome civil e questões sobre a despatologização da transexualidade e da travestilidade.

Érika encerrou a fala concluindo que é necessário ter políticas públicas e projetos que busquem o enfrentamento da homofobia e trabalhem também o recorte das pessoas trans, que muitas vezes são esquecidas.

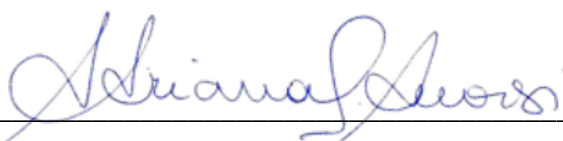
Logo após, a deputada Delegada Adriana Accorsi passou a palavra para aos integrantes da mesa para as considerações finais. Rafaella Damasceno esclareceu que a confecção das carteiras de identidade das pessoas trans no estado de Goiás está na fase final, aguardando recursos para a impressão. Sugeriu aos representantes da organização da Parada Gay de Goiânia, que sigam o exemplo de São Paulo e coloquem o tema deste ano “Travestis e Transexuais”, como forma de apoio ao aniquilamento do transfeminicídio. Para a presidente da Comissão de Segurança Pública, solicitou encaminhamento de projeto de lei contra a LGBTfobia no estado de Goiás, assim como foi feito no estado de São Paulo. Solicitou apoio na criação de uma Casa de Abrigo, a fim de acolher a população trans em situação de risco e também possibilitar a sua capacitação ao mercado de trabalho.

A Promotora da 63ª Promotoria da Violência Doméstica e Contra a Mulher, Rúbian Correia Coutinho informou que o Ministério Público transferiu a administração da Casa

Abrigo para a Organização Não Governamental Astral, deixando claro que discorda plenamente desse procedimento adotado. Considera importante que a administração da Casa seja feita pelo próprio governo e não por uma organização terceirizada sem nenhum vínculo com o estado.

A promotora sugeriu à representante dos movimentos sociais da classe, Sra. Rafaella, fazer uma solicitação ao Ministério Público, diretamente ao Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Terceiro Setor (CDH), para realizar uma discussão sobre as dificuldades pelas quais a Casa de Abrigo enfrenta atualmente.

Ao final a Deputada Delegada Adriana Accorsi, Presidente da CSP/Alego, agradeceu a presença de todos e informou que todas as sugestões foram registradas. Destacou que será elaborado um relatório da presente audiência e publicado no site da Assembleia Legislativa do Estado. Por último, assegurou que organizará uma reunião com o diretor-geral da Polícia Civil, Dr. Álvaro Cássio dos Santos, a fim de apresentar as demandas ligadas a essa área e discutir procedimentos que possam conter o transfeminicídio no estado.



Deputada Estadual Delegada Adriana Accorsi
Presidente da Comissão de Segurança Pública

SUGESTÕES DE ENCAMINHAMENTOS

1 – Ações a serem executadas pelo Poder Legislativo no Congresso Nacional:

- Transformar transfeminicídio em crime hediondo - alteração na lei federal 13.104/2015 (lei sobre o feminicídio) para que possa tratar sobre qualquer condição de gênero;
- Lesão corporal por razão de condição de gênero ser considerada uma circunstância qualificadora do crime, assim como ocorre com a mulher;
- A injúria por opção sexual ser tipificada, assim como a racial;
- Aproveitar textos existentes atualmente na legislação e acrescentar a classe dos transexuais.

2 – Inclusão da violência transgênero no rol de proteção da Patrulha Maria da Penha no estado de Goiás;

3 – Elaborar requerimento, através da Assembleia Legislativa de Goiás, para a criação de uma Secretaria da Mulher em Aparecida de Goiânia;

4 – Estender o horário de funcionamento das delegacias da mulher e da patrulha Maria da Penha, pois ambas atualmente não funcionam no final de semana e nem à noite;

5 – Qualificar os servidores das delegacias que prestam atendimento às mulheres e transexuais, vítimas de violência;

6 – Meios de comunicação abordarem as violências cometidas em mulheres trans, com a criação de programas educativos que deem visibilidade a essas violações;

7 – Servidores das instituições públicas terem um processo de formação para compreensão das especificidades e diversidades da população trans;

- 8 – Especificar nas ocorrências policiais quando o crime for cometido por natureza homofóbica, para assim alimentar pesquisas estatísticas que servirão de insumos para políticas públicas;
- 9 – Elaborar projeto de lei contra a LGBTfobia no estado de Goiás;
- 10 – Criar Casa de Abrigo para os Travestis e Transexuais, com o intuito de capacitar as pessoas trans para o mercado de trabalho;
- 11 – Reunião com o diretor-geral da Polícia Civil, Dr. Álvaro Cássio dos Santos.